



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

29/08/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Sancionada lei que aumenta o salário mínimo e amplia a isenção do IR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou nesta segunda-feira (28), em evento no Palácio do Planalto, o texto da Medida Provisória 1.172/2023, que reajusta o salário mínimo para R\$ 1.320 e amplia a faixa de isenção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). O valor atual do piso nacional está em vigor desde o dia 1º de maio, quando a MP entrou em vigor.

O texto sancionado hoje também estabelece a política de valorização do salário mínimo, que prevê aumento real equivalente à variação positiva do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos anteriores ao de vigência do novo valor. A política entrará em vigor a partir de 2024, quando o salário mínimo deve chegar a R\$ 1.461.

Para o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, a retomada da política de ganho real do salário mínimo terá forte impacto positivo na economia. Ele citou que mais de 25 milhões de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) recebem o piso. O ministro também lembrou que a política, que vigorou ao longo dos governos anteriores de Lula e da ex-presidente Dilma Rousseff, ao lado dos programas sociais, foi essencial para que a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) retirasse o Brasil do Mapa da Fome no mundo, lista de países com estatísticas graves de insegurança alimentar. Quase dez anos depois, no entanto, a fome voltou a atingir mais de 33 milhões de brasileiros, segundo estudo publicado em 2022 pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan).

"De novo, eu tenho certeza que essa decisão vai nos conduzir para que possamos, mais uma vez, tirar o Brasil do Mapa da Fome", disse Marinho. Já para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o aumento real do salário mínimo, apesar de ser "pouco", representa, segundo ele, "uma sinalização clara que o trabalhador voltou a ter atenção do governo".

Durante a tramitação da Medida Provisória no Congresso Nacional, foi incluída a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda. Quem ganha até R\$ 2.640 ao mês não terá de pagar imposto de renda. Até então, a isenção era para quem recebe até R\$ 1.903,98 mensais. Segundo o Palácio do Planalto, a sanção será publicada em edição extra do Diário Oficial da União (DOU).

Saiba mais em: CNTI, terça-feira 29 de agosto.

Veja quem receberá atrasados do INSS em 2023 e 2024 na Justiça

Os segurados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) que vão à Justiça pela concessão ou revisão de um benefício previdenciário como aposentadoria, pensão ou auxílio têm direito de receber os valores retroativos, chamados de atrasados.

Esses valores são as diferenças não pagas nos últimos cinco anos antes da ação judicial e, dependendo do montante, são quitados mais rapidamente, com a liberação de um lote a cada mês, caso sejam RPVs (Requisições de Pequeno Valor), ou uma vez no ano, caso sejam precatórios.

A diferença entre RPV e precatório é o valor da causa. Retroativos que somam até 60 salários mínimos, o que dá R\$ 79,2 mil neste ano, são pagos em até dois meses após a liberação dos valores pelo juiz. Em média, por mês, são liberados valores entre R\$ 1,5 bilhão e R\$ 2 bilhões para pagar segurados do INSS.

Os precatórios são atrasados acima de 60 salários mínimos. Neste caso, o pagamento é feito apenas uma vez no ano. Em 2023, o dinheiro já foi liberado. Mas o montante pago a segurados tem desagradado quem está na fila.

Segurados que derrotaram o INSS na Justiça e têm direito de receber até 60 salários mínimos podem ter o dinheiro até o final do ano, caso o juiz da causa dê a ordem de pagamento até outubro. Depois disso, os valores ficam para o ano que vem.

Quem faz a liberação dos valores a serem pagos é o governo federal, já que são dívidas da União. O dinheiro é distribuído aos TRFs (Tribunais Regionais Federais) pelo CJF (Conselho da Justiça Federal).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 29 de agosto.

Expectativas de inflação ficam praticamente inalteradas após IPCA-15

As expectativas do mercado para a inflação ao longo deste ano e dos próximos ficaram praticamente inalteradas mesmo após uma surpresa para cima na leitura de agosto do IPCA-15, mostrou nesta segunda-feira (28) o boletim semanal Focus do Banco Central.

A sondagem, que capta a percepção do mercado para indicadores econômicos, mostrou que os economistas seguem prevendo alta de 4,90% do IPCA em 2023. Para o ano que vem, houve ajuste de 0,01 ponto percentual para cima, a 3,87%, enquanto, para 2025 e 2026, ambos os prognósticos de inflação permaneceram inalterados em 3,50%.

Na sexta-feira, dados haviam mostrado que o IPCA-15 subiu mais do que o esperado em agosto sob pressão dos custos da energia elétrica, com a taxa em 12 meses voltando a superar os 4%.

Em um Focus sem grandes alterações, outro destaque ficou para a melhora da estimativa de crescimento econômico do Brasil deste ano, a 2,31%, contra 2,29% na pesquisa anterior. Para os próximos três anos, as projeções foram mantidas em expansões de 1,33%, 1,90% e 2,00%, respectivamente.

Além disso, o mercado elevou sua projeção para a taxa de câmbio ao final deste ano, passando a calcular o dólar a R\$ 4,98, contra R\$ 4,95 previstos na semana anterior.

O Focus segue mostrando que a taxa básica de juros Selic deve terminar este ano a 11,75%, depois de o BC tê-la cortado em agosto para o nível atual de 13,25%. Para 2024 também segue a projeção de juros a 9,0%.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 29 de agosto.

Já em alta, preço do diesel pode subir mais R\$ 0,10 com volta de impostos federais

Pressionado nas bombas pelo último reajuste nas refinarias da Petrobras e por importações mais caras, o preço do diesel deve ter novo repique no início de setembro, com a retomada parcial da cobrança de impostos federais.

A reoneração está prevista para a próxima semana, segundo a MP (medida provisória) que reduziu os impostos sobre a compra de veículos. O diesel passa a ter PIS/Cofins de R\$ 0,11 por litro em setembro e mais R\$ 0,02 por litro em outubro —hoje esse imposto está zerado.

Procurado, o Ministério da Fazenda não respondeu se o cronograma será mantido diante do quadro atual. O preço do diesel nos postos disparou nas últimas semanas, voltando a superar a casa dos R\$ 6 por litro pela primeira vez desde fevereiro.

Na semana passada, segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o litro do diesel S-10 foi vendido, em média no país, a R\$ 6,05. É uma alta de R\$ 0,97 por litro desde o reajuste da Petrobras, no último dia 16.

O repasse foi bem maior do que os R\$ 0,65 por litro estimados pela estatal, cenário que o mercado atribui também ao encarecimento das importações, que são responsáveis por cerca de um quarto do abastecimento nacional.

Distribuidoras reclamam ainda do elevado preço dos Cbios, os créditos de carbono do setor de combustíveis, que aproximaram-se em julho de R\$ 150, o que representaria mais de R\$ 0,10 por litro nas bombas.

Considerando a mistura de biodiesel ao diesel vendido nos postos, o setor espera que a retomada da cobrança de PIS/Cofins represente um repasse de R\$ 0,10 por litro já no início de setembro.

A reoneração federal sobre o diesel ocorre em um momento de pouca manobra para redução nas refinarias da Petrobras, como ocorreu quando o governo retomou a cobrança integral de impostos sobre a gasolina.

Na abertura do mercado desta segunda (28), o preço médio do diesel nas refinarias da estatal estava R\$ 0,66 por litro abaixo da paridade de importação calculada pela Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis).